

País quer reduzir pagamento de juro

Beatriz Abreu

BRASÍLIA — Uma nova rodada de negociação será iniciada com o comitê dos bancos credores para discutir mudanças no acordo de renegociação da dívida externa, assinado no ano passado, para incorporar uma redução no nível de pagamento de juros. O governo brasileiro pretende, assim, utilizar a cláusula de salvaguarda que assegura a revisão do acordo se fatores externos comprometerem a capacidade de pagamento do país.

Esse fator externo, na avaliação de negociadores brasileiros, é representado pela elevação entre 3% e 4% no nível das taxas de juros no mercado internacional, implicando um custo adicional nas contas de pagamento da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Depois de cálculos preliminares, constatou-se, por exemplo, que os US\$ 400 milhões de ganho com a redução do *spread* (taxa de risco ao financiamento) simplesmente desaparecerá no fechamento do balanço de pagamentos.

Os dados iniciais da programação dos pagamentos deste ano apontam para uma transferência de divisas da ordem de US\$ 16 bilhões, incluindo amortizações, juros e organismos internacionais. O resultado líquido — descontando-se os recursos que ingressarão no país — a remessa se situará na casa dos US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões. Caso se obtenha êxito na redução do pagamento dos juros, uma economia significativa poderá ser deslocada para investimentos no país.

Muita cautela, porém, predominará nesta negociação, porque o governo teme que o simples desejo de renegociar cláusulas do acordo — implicando em menor pagamento — possa refletir desfavoravelmente no mercado financeiro internacional. A preocupação é basicamente com a manutenção da linha de comércio, estimada em US\$ 10 bilhões. Portanto, qualquer mudança não deve afetar estes recursos, que serão fundamentais para assegurar o incremento no financiamento das importações, que o governo pretende estimular principalmente a partir do segundo semestre.

A necessidade de elevar o volume das importações — onde a reforma tarifária terá papel fundamental — está sendo estudada pelo governo, porque as autoridades monetárias constataram um fato no mínimo preocupante: o crescimento das exportações no primeiro bimestre projetado ao longo do ano produzirá um superávit comercial de cerca de US\$ 18 bilhões.